

CORREIO
ECONÔMICO

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Inflação projetada para este ano cai a 4,9%

Governo reduz projeção do PIB para 2% em 2026 e 2,3% em 2027

O Ministério da Fazenda reduziu de 2,3% para 2% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026. Para 2027, a estimativa também foi revisada para baixo, de 2,5% para 2,3%. As novas projeções constam do Boletim Macroeconômico da Secretaria de Política Econômica (SPE), divulgado nesta terça-feira (22). Segundo a SPE, a revisão reflete principalmente os efeitos dos juros ainda restritivos sobre a atividade econômica, com impacto mais acentuado nos setores de serviços e indústria. A equipe econômica também passou a considerar uma trajetória de flexibilização monetária “marginalmente mais gradual do que o previsto” anteriormente. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2026 caiu de 5,1% para 4,9%. Apesar da melhora, a estimativa continua acima do teto da meta de inflação, de 4,5%.

R\$ 64 mi em crédito para segurança alimentar

O governo federal publicou na segunda-feira (21) medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 64,3 milhões ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e ao dos Povos Indígenas. Do total autorizado, R\$ 40,26 milhões serão destinados à aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar para promover a segurança alimentar e nutricional. A medida prevê o atendimento de cerca de 4 mil famílias agricultoras.

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL



Liberação extraordinária está no Diário Oficial da União

Arrecadação federal ultrapassa R\$ 2 trilhões

O governo federal acumula arrecadação de R\$ 2,019 trilhões, de janeiro a agosto de 2026, segundo dados divulgados nesta terça-feira (22) pela Receita Federal. Além da inflação medida pelo IPCA, para o período, o valor representa crescimento de 7,12% na comparação com os mesmos oito meses de 2025. Em agosto, a arrecadação federal alcançou R\$ 235,5 bilhões. O valor representa alta acima de inflação de 8,25% em relação a agosto do último ano. Desse total, R\$227,8 bilhões arrecadados são administrados pela Receita Federal.

Senacon investiga postos por preços abusivos

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, instaurou nesta segunda-feira (21), 70 processos administrativos sancionadores contra postos de combustíveis por indícios de aumento abusivo de preços. Os estabelecimentos podem ser multados em até R\$ 14 milhões, com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Ata do Copom I

A desaceleração da atividade econômica, da inflação e os efeitos dos juros elevados sobre o crédito e a demanda levaram o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central a reduzir a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, de 14% para 13,75% ao ano. As justificativas constam da ata da reunião divulgada nesta terça-feira (22).

Ata do Copom II

O documento ressalta que os indicadores divulgados desde o encontro anterior mostram moderação gradual da atividade econômica, sobretudo nos setores mais sensíveis, embora a economia continue resiliente e o mercado de trabalho permaneça aquecido. Segundo a ata, a leitura mais recente do PIB, confirmou a desaceleração.

Inflação e crédito I

O documento também destaca que a inflação ao consumidor perdeu força nos últimos meses. Segundo a ata, tanto o índice cheio quanto a média das medidas subjacentes desaceleraram. Em 12 meses, os indicadores ficaram abaixo do limite superior do intervalo de tolerância da meta, embora ainda acima do centro da meta de inflação.

Inflação e crédito II

Segundo o comitê, os dados mais recentes são compatíveis com um quadro de desaceleração do crescimento econômico em ambiente de política monetária restritiva. Na avaliação do Copom, as evidências de transmissão da política monetária contracionista para a atividade econômica vêm se acumulando gradualmente.

Banco Central I

Apesar da melhora recente dos indicadores, o Banco Central manteve um diagnóstico cauteloso. A ata aponta que as expectativas de inflação continuam acima da meta em todos os horizontes analisados. De acordo com a pesquisa Focus citada no documento, as projeções estão em 4,9% para 2026 e 4,3% para 2027.

Banco Central II

O comitê avaliou que “em um ambiente de expectativas desancoradas, como é o caso do atual, exige-se restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado” para garantir a convergência da inflação à meta. O documento também destaca o aumento das incertezas no cenário internacional.



A liberação dos recursos não significa saque imediato pelos beneficiários

Atrasados do INSS: liberação de R\$ 2,68 bi acende alerta

Segurado precisa verificar antes de considerar o valor disponível

Da **Redação**

A liberação de R\$ 2,68 bilhões para o pagamento de atrasados do INSS, anunciada pela Justiça Federal, coloca novamente em evidência uma dúvida comum entre aposentados, pensionistas e outros beneficiários: quem ganhou uma ação contra o instituto já pode considerar o dinheiro disponível?

Para o advogado Bruno Meireiros Durão, especialista em Direito Bancário e recuperação de créditos, a resposta depende da fase em que está cada processo. A liberação dos recursos não significa que todos os beneficiários possam sacar imediatamente os valores.

“O segurado precisa diferenciar três situações: ter uma decisão favorável, ter o pagamento requisitado pela Justiça e ter o valor efetivamente disponibilizado. São etapas diferentes e, por isso, a simples notícia da liberação de recursos não significa que todos os beneficiários já tenham o dinheiro à disposição”, explica Bruno.

A situação é especialmente relevante porque os pagamentos judiciais podem ocorrer por Requisição de Pequeno Valor (RPV) ou precatório, conforme o montante devido e as regras aplicáveis. Saber qual modalidade foi determinada no pro-

cesso ajuda o beneficiário a entender o caminho até o recebimento.

Outro ponto de atenção é a consulta do processo. O segurado deve verificar diretamente no tribunal responsável pela ação se houve a expedição da requisição e se o pagamento foi liberado. O cronograma pode variar de acordo com o Tribunal Regional Federal responsável.

Segundo Bruno, também é importante que o beneficiário não tome decisões financeiras contando antecipadamente com um dinheiro ainda não depositado.

“Muitas vezes, o beneficiário vê a informação de que bilhões foram liberados e entende que o valor já está disponível para ele. Antes de assumir compromissos financeiros ou contratar alguém para intermediar o recebimento, é fundamental conferir a situação específica do processo”, afirma o advogado.

A movimentação também exige atenção a golpes envolvendo precatórios e RPVs. Beneficiários podem ser abordados por pessoas que se passam por advogados, servidores ou representantes de instituições e solicitam pagamentos antecipados para supostamente liberar valores judiciais.